

110, Stapleton Hall Road: Imagens de Londres nos Anos 80 em *O Mapa Cor de Rosa* de Maria Velho da Costa

Cláudia Capela
(ESEV, IPV/CEL, UTAD)

O *Mapa Cor-de-Rosa*, de Maria Velho da Costa, constitui um testemunho multifacetado de um tempo convulso. O relato da experiência da autora, residente em Londres nos anos 80, durante o governo de Margaret Thatcher, produz um retrato crítico da cidade, observando-a sob as noções de violência e carência. Mais do que uma expressão isolada do individual, este binómio interdependente revela traços estruturantes de uma comunidade em crise, na qual o mal-estar se torna visível nas ruas e nos discursos, configurando uma paisagem de desamparo que ultrapassa o biográfico e remete para o coletivo e o seu espaço simbólico.

Ante estas circunstâncias, Maria Velho da Costa convocará ainda a noção de loucura, intertextualmente dialogante com o que apelida como “ouro literário da casa”, na evocação da Ofélia shakespeariana e do *nonsense* aliciano. (Costa 199) Compreendida, assim, como consequência de um sistema alienante, segregador e autorreferencial, a loucura não se esgota na listagem de figuras tidas por marginais, e percorre as instituições, ilustrando tensões latentes entre a população fragmentada e um governo centralizador, cujo discurso assenta numa forma de nostalgia imperial. Com o seu mapa, Maria Velho da Costa revisita criticamente as mitologias coloniais, desconstruindo-as,

identificando também paralelismos entre o Reino Unido e Portugal, antigos impérios confrontados com a erosão do seu lugar no mundo, e refletindo, por fim, sobre os espectros do passado que continuam a assombrar o presente. Neste contexto, a *hantologie* de Jacques Derrida oferece um quadro conceptual fecundo, já que analisa a persistência fantasmática do passado e a permanência das suas representações na moldagem de imaginários, identidades e políticas. (Derrida 2006) Deste modo, *O Mapa Cor-de-Rosa* propõe-se como um exercício de descodificação crítica dos fantasmas colonialistas, articulando memória e linguagem, bem como os seus efeitos. Mais do que a alteridade genérica, é a reflexão sobre a herança colonial que estrutura o olhar de Maria Velho da Costa, demonstrando, com atualidade, de que forma as mitologias nacionais colonialistas permanecem e ainda edificam os discursos culturais, a produção literária e as tensões sociais.

Maria Velho da Costa oferece-nos uma série de interrogações sobre os cenários londrinos dos anos 80. No texto – não delimitaremos *O Mapa Cor de Rosa* como diário, carta, crónica, mas salientaremos a sua dimensão dialógica, no imperativo de ser lido –, a autora sopesa, nas suas interpelações, as auto e hetero imagens de britânicos e portugueses no rescaldo dos seus mitos mais arreigados, nomeadamente o de império. Dados como aliados desde John of Gaunt e D. Fernando, na sua infinita *différance*, o Reino Unido e Portugal partilham, enquanto cimentam a narrativa da aliança mais antiga do mundo, traços mitológicos similares, fundando um imaginário que materializa uma leitura comum quanto à ideia de carência e violência, como veremos.

“Violação” é o título do texto cronístico¹ de que partiremos para a reflexão em torno do binómio opositivo carência/violência. Esta correlação conclui-se da perceção de crise no seio de Londres, manifesta na procrastinação relapsa do tempo: “A Primavera vem longe, muito longe, ou parece-o tanto – a neve, o gelo, e o degelo agudizaram aqui a já crescente crise crónica”. (Costa 143) Por seu lado, também o

1. Como foi já mencionado, a delimitação de género textual não é o pretexto desta análise e embora a autora tenha cunhado a obra com o subtítulo “Cartas de Londres”, cremos que tal consignação tende, antes, a dialogar inevitavelmente com as *Cartas de Inglaterra* e *Crónicas de Londres* de Eça de Queirós.

exílio agudiza a sensação invernãl. Comentando uma autoimagem comum dos portugueses, a sua condição de exilados, Maria Velho da Costa afirma: “A nossa cultura deve muito a viajantes, a nossa democracia a degradados, a nossa economia a emigrantes. Parece que não, Salazar fez todo o possível para parecer que não, mas isso faz de nós uma sociedade carente, isso faz de nós um povo de carência”. (144) O argumento de “Violação” é muito simples e, mais do que o citado “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, o clichê, como a autora se lhe refere, desta interdependência entre violência e carência ultrapassa a falta material, ainda que de substancial relevância, impondo-se-lhe a desiludida vivência da interação social e do contrato social que a possibilita, fazendo incidir a experimentação da ausência sobre um patamar profundo da interioridade individual.

De facto, a ilustração dessa relação contratual falhada será feita no relato do julgamento de Ripper, “o homem que trouxe as mulheres de Yorkshire em justificado estado de sítio, com recolher obrigatório durante mais de um ano”. (Costa 146) O cenário descrito, como que reatualizando um período sinistro da Londres vitoriana do final de Oitocentos, produz um foco que atravessa multicamadas contextuais, destacando a tensão social e a pobreza, bem como a violência, não somente decorrente do crime, mas da repetição de lugares-comuns de inferiorização da mulher. Se, então, ainda no período da “Long Depression” e de que “Bloody Sunday”, em 1887, fora já consequência, o sensacionalismo e a curiosidade mórbida, aliados a episódios de mal-estar geral devido ao desemprego galopante, tornaram as condições insalubres de East End visíveis, também em fevereiro de 1982, o “escândalo ou *fait divers* erótico-pornográfico apaixona esta puritana opinião pública” e põe a descoberto a degradação socioeconómica: desemprego, cisão e confrontos no Partido Trabalhista ante denúncias “macarthyanas” de infiltrações trotskistas, conflitos sindicais, divergências etnicoculturais, greves, degelo e inundações, e a beatífica “countryside”, “a sacra instituição inglesa de uma agricultura e pecuária prolíficas e amenas” em lágrimas, a população a tiritar de frio. Eis a violência: “o espetáculo da abundância à carência”. (Costa 144-146)

A sexualidade parece aqui, num quadrante apresentado como puritano, um lugar de significante devassa e, sobretudo, espelho da salubridade social, oscilante entre a intimidade e a violação. Cite-se do texto de Maria Velho da Costa a analogia entre a sexualidade e o contrato social: “a violência tem muito a ver com a contradição nas escolhas, com a indeterminação dos objetivos, com a carência do ânimo, da formação, de algo mais profundo, que é a fidelidade àquilo em que se investiu (...) a firmeza é o único antídoto da violência, como o ato de intimidade com alguém é o oposto do estupro”. (144) A carnavalização em torno do caso de Ripper dos anos 80 do século XX e a própria reação à violência, produzindo discursivamente um segundo grau de agressão sobre as mulheres, implica a consideração do abjeto. De acordo com Julia Kristeva, “it is thus not lack of cleanliness or health that causes abjection but what disturbs identity, system, order”. (4) Kristeva desenvolve:

Any crime, because it draws attention to the fragility of the law, is abject, but premeditated crime, cunning murder, hypocritical revenge are even more so because they heighten the display of such fragility. He who denies morality is not abject; there can be grandeur in amorality and even in crime that flaunts its disrespect for the law – rebellious, liberating, and suicidal crime. Abjection, on the other hand, is immoral, sinister, scheming, and shady: a terror that disassembles, a hatred that smiles, a passion that uses the body for barter instead of inflaming it. (4)

A sexualidade, tal como o escatológico, revela o antagonismo entre pureza e impureza, fazendo radicar a constituição do indivíduo na objetividade dessa diferenciação. Construindo-se nas imediações desses dois lugares, de aceitação e estranheza, do *eu* face ao *outro*, o indivíduo conforta-se perante a condição de segurança e reconhecimento dos critérios que o protegem do risco, como sejam a morte, a doença, a contaminação: da incerteza que o assalta. De acordo com as leituras do trabalho de Kristeva, conclui-se que os crimes como o feminicídio e a violação não apenas transgridem a lei, como revelam as fragilidades do contrato social e dos limites simbólicos que

sustentam o coletivo. A espetacularização da violência reforça tal crise, evidenciando que a banalização social do sofrimento, ao recusar a proteção dos seus fundamentos como a intimidade e a confiança, revela uma sociedade imersa no abjeto, entendido, por Maria Velho da Costa, como reflexo de um modelo social classista e sexista. A reflexão de Kristeva, sublinhando a fragilidade da lei, permitirá associar a inquietação à qualidade das relações sociais básicas. De um ponto de vista universal, a garantia de sobrevivência e de condições primárias que viabilizam o consequente desenvolvimento é indispensável numa sociedade de direito democrático, pelo que tudo o que a puser em causa será do domínio do abjeto. Cabe lembrar, portanto, que a confiança e o consentimento, como John Locke explicita, determinam a natureza do contrato social. (Locke 2016) Relembremos as palavras de Maria Velho da Costa a propósito da sexualidade, aqui tida como analogia social, correlacionando uma sociedade carente com a violência: “a firmeza é o único antídoto da violência, como o ato de intimidade com alguém é o oposto do estupro”. (Costa 144) O abjeto, de que a violação sexual é incômoda síntese da exclusão, da carestia de bens, do recolher obrigatório e das greves, resultará tanto de razões circunstanciais, como de uma crise substancialmente transversal. Trata-se, no entender da autora, do modelo de sociedade, “classista e sexista”. A causa é clara:

A Inglaterra esbraceja ainda com uma vinheta vitoriana e imperial a servir-lhe de espelho – se a classe operária trabalhar voltaremos a ser uma grande nação; são precisos criminosos medonhos de século em século para expiar a culpa; uma *lady* não é violada e se o é, não se queixa. (Costa 147)²

No entender da autora de *O Mapa Cor de Rosa*, os sintomas crescentes de carência e violência de variada ordem dependem de uma conceção social estratificada e ordenada piramidalmente. Tecendo

2. A autora descreve: “E foi-nos mostrado através de filme *in loco* como a polícia tende a ser dissuasora em relação às queixosas – Tanta coisa sórdida que vai surgir em público, pense bem, minha senhora”. (Costa 147)

uma comparação direta com Portugal, país em que, na mesma época, se regressaria às “bipolarizações em que andamos desde o tempo do senhor D. Miguel (...) aos terrores e ardores sebastianistas de sempre (...) ao medo da diversificação democrática dos poderes”, (147) Maria Velho da Costa expõe as duas realidades pela sua herança colonialista. O que apelida de “teoria democrática” afigura-se-lhe um “*laissez-passer* da tirania íntima, da estrutura repressiva de cada cidadão de um povo de pequenos ou grandes predadores, perdida a cou-tada, mas não as ilusões e os hábitos”. (Costa 148)

O binómio face/máscara promove igual reflexão, orlando o significado de estereotipia. A referência à “máscara mortuária”, que no texto “Violação” se assume como problematização da herança identitária de um povo em risco de que aquela se torne o seu rosto, fora abordada já em “Restos”, um dos primeiros textos de *O Mapa Cor de Rosa*, a propósito da impressiva apresentação dos jovens londrinos: “encenam-se – isto é, vestem-se com a exterioridade absoluta de uma boca de cena, de um ensaio geral, de uma cenografia funérea (...) os que ainda se maquilham, e se o fazem, fazem-no muito, parecem mortos (...) a base na cara é de um ocre quase branco, a boca e os olhos são roxos”. À descrição acrescem outros símbolos de relevante significado: a suástica, “púrpura, como um grão de beldade sinistro (...)”. É melhor não os fitar, ninguém o faz se estiverem em grupo. Toda a gente foi avisada de que é perigoso”. A *mise en scène* implica a consciência de que a “cenografia da violência tomou uma tonalidade mortuária”. (Costa 24) O cenário restante remete para a escassez: “um pedaço de pão que parece ter dentro bacon velho. É um homem idoso (...) um rapaz, com esses olhos de anjo doido a que deram o nome anglos, tirar um troço de maçã ratada de um caixote do lixo, limpá-la e comê-la devagar”. O remate é significativo: “O Império tece”. (Costa 25)

“O crocodilo, coitado” atesta a perceção anterior, amplificando o irónico mal-estar da sociedade londrina de oitenta: “a vida prossegue em Londres na sua normalidade quase arrepiante – adolescentes assassinados, crianças que morrem sozinhas em casa pelo meio da noite, os *skinheads*, ou cabeças rapadas, passam a usar cães-polícia

contra os cães-polícia". (Costa 198) Citando posteriormente o discurso do presidente da Associação de Professores, que responsabiliza "a hora de hedonismo" pela perturbação da criança e a delinquência, fazendo uso, para isso, de razões como "a sexualidade promíscua, a adulação da mãe solteira, divórcio rápido (...) aborto livre", Maria Velho da Costa ensaia a "coisa moral em Inglaterra", a qual, "dantes, era só hipócrita". (198-199) Num dos habituais exercícios intertextuais, remetendo para Herberto Helder, a autora comenta a "apresentação do rosto" dos jovens britânicos, na cenografia do horror no quotidiano, como "sarcasmo necrófilo e exasperação" e não, afinal, segundo o discurso institucional, sinalização de prazer. Encontrar-se-á ainda neste texto a referência a Ofélia, à sua "abulia divagante, a suave demência" que antecipa a "catástrofe violenta do príncipe". Ofélia torna-se, assim, rosto do "desarrazoado fim de Império". Os outrora meninos-flores dos anos sessenta contrastam com o sentimento de "luto do futuro" das novas gerações, as quais, por meio da violência e da encenação agressiva, ironicamente nostálgica, comunicam o seu "coração aterrado e a cólera". (Costa 199)

O contexto de crise parece agravado pela Guerra das Malvinas – ou Falklands, de acordo com a perspetiva britânica –, como conjuntura que obriga a expressivas reduções orçamentais e caminha, aquando da escrita do texto, em 4 de abril de 1982, data coincidente com a da viagem da esquadra britânica em direção à Argentina, para um sentimento de "ridículo e dano quanto à monumentalidade da operação militar, ou ao menos de dúvida quanto à rigidez da posição do governo de Sr.^a Thatcher." (Costa 198) *Thatcherism* e *Reaganism* são retratados em *O Mapa Cor de Rosa* como duas forças imperiais, colonizadoras e repressivas. (Costa 198-246) Além da intensa violência decorrente do confronto entre 10 Downing Street e os independentistas da Irlanda, e do episódio das Malvinas, "entre dois governos de direita azelhas", (Costa 183) que deu ao "Império, de novo, uma causa", (Costa 182) outros confrontos tomaram lugar, nomeadamente entre o executivo Thatcher e os setores mais fragilizados da sociedade britânica. Além da repressão sobre a população caribenha de Brixton em South London face à insurreição resultante

das condições de segregação sentida pelos mais jovens, também a privatização da indústria mineira, a liberalização do mercado e a intimidação sobre os sindicatos produziram anos de inconstância e violência, numa perpetuação circular de hostilidade e atribuições.

A apresentação do Reino Unido no texto de Maria Velho da Costa, não obstante os momentos de descoberta e partilha *in loco*, esboça um fresco sobre o país, validando princípios identitários por parte do governo de Margaret Thatcher. De facto, ao ligar irreversivelmente a identidade britânica à manutenção das Malvinas, Thatcher evocou um significado de hereditariedade e da sua defesa: “We have to recover those islands. We have to recover them for the people on them are British and British stock and they still owe allegiance to the crown and want to be British”. (Thatcher 1982) A estimulação de um qualquer ressentimento coletivo pode ser igualmente lido nessas palavras de Thatcher, como se abaladas as fundações da identidade nacional. Como referem Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira sobre a consideração do *nós*, no *European Journal of Sociology*: “the populist ‘we’ is as much a redeemed projection as an offended collective. This is how populists construct the first-person plural in a democracy – the ‘we’ in ‘We the people’”. (Silva e Vieira 1) Por sua vez, David Dixon reflete: “the British Nationality Act of 1981 was no mere peripheral modernisation, but rather the formalised expression of a reconstructed national identity which was a vital and central objective of the Thatcher programme’s racial and ideological politics”. (Dixon 175) Mais adiante, o autor refere-se à restrição das autorizações de residência e *work permits* delineada pelo manifesto do Conservative Party de 1979 que resultaria na eleição de Thatcher como primeira-ministra, defendendo tratar-se de medos resultantes da competição pelo mercado de trabalho e uma tentativa de racializar a migração. No artigo “Race and Populism. A Comparative Study of Thatcherism, Peronism and the American Populists”, Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira questionam: “How is ‘THE PEOPLE’ defined in populist politics?” (Silva e Vieira 1) Abordando o populismo americano, o peronismo e o “authoritarian populism” de Thatcher, que alimentou o debate dos anos oitenta, (Laclau 1977; Hall 1980) os autores partem do argumento de que

"any politics built around 'the people', at least in any white majority country, will have a racist undercurrent". (Silva e Vieira 2) Atendendo ao discurso de Thatcher sobre a imigração, em 1978, numa entrevista em que refere que o Reino Unido se sentiria amedrontado face à iminência de se encontrar "swamped by people of a different culture", (Thatcher 1978) à sua proximidade com o racismo cultural e o neo-liberalismo de Enoch Powell, e ao normativismo na consideração de "British people", baseado na típica oposição us/them, considerando que "the heart of politics (...) are people who just want to live their lives", (Conservative Party 1979) a posição de Thatcher, como, de resto, defendem Filipe Carreira da Silva e Mónica Brito Vieira, é racialmente demarcada, hegemónica e identitária, conceptualizando a ideia de nacionalidade britânica. Enquanto prática de uma política racial excludente, o Thatcherismo assenta numa representação identitária que, citando novamente o estudo de Filipe Carreira e Mónica Vieira: "depends on a racial other that is blamed for the undeserved suffering of the 'we' in 'We the people'". (Silva e Vieira 24)

Numa nova era de populismo, fazendo uso dos instrumentais imperialismo/ expansionismo e da nostalgia mítica do *nós*, tem-se vulgarizado o ressurgimento de discursos nacionalistas grandiloquentes na contemporaneidade. As reincidências no euroceticismo, os movimentos nacionalistas e as pretensões neocolonialistas veiculadas em agressões bélicas ilustram-no, salientando as correlações estabelecidas por Maria Velho da Costa nos anos 80 entre carência e violência, e ajustáveis, nas suas circunstâncias, à atualidade.

Em *O Mapa Cor de Rosa*, as perceções de Maria Velho da Costa quanto à importância do historial imperialista, cujo fantasma, na consideração da *hantologie*, (Derrida 2006) se faz notar, colocam, em "Texugos, países", a questão sem retórica: "Que temos ainda a ver com a Inglaterra?", "que tem ainda a Grã-Bretanha a ver consigo mesma?" (Costa 215) Ora, a noção de *hantologie*, desenvolvida por Derrida em *Spectres de Marx*, em 1993, fixada pelo neologismo e jogo de palavras combinatório entre *ontologie* e *hantise*, descreve a persistência de elementos do passado, como se de espectros se tratassem, constituindo na verdade resíduos ideológicos, simbólicos e até afetivos, que não se

deixam exorcizar. (Derrida 2006) A hantologia, como ontologia do assombro, inscreve-se, pois, no horizonte da Desconstrução, admitindo que qualquer esforço para compreender a origem da identidade ou da história depende de um conjunto de condições linguísticas pré-existentes que assombra o presente. A realidade presente assume-se assim ambigualmente como presença e ausência, segundo a ontologia da espectralidade, causando uma disjunção temporal. (Derrida 2006) Tal assombração, no nosso entender, quanto ao caso britânico, implicará a consideração da nostalgia imperialista e a violência sistêmica dela decorrente enquanto fantasmas estruturadores do tecido social. Assim, a loucura de Ofélia acentua a ansiedade face à presença fantasmal da identidade a braços com a sua delimitação, oscilando entre o absurdo e a reflexão consequente. Num domingo, na ausência do *Sunday Times* que, devido à crise, não fora editado, a autora opta pelo *Observer*, cuja curiosa capa ostenta um texugo, animal suspeito de disseminação de tuberculose no gado bovino. Abata-se, portanto, o texugo, ainda que sem provas, e contra os protestos do país; porém, “em tudo parece hoje em dia o desejo desta nação a si mesmo ser contrário”. (Costa 216) Comentando o périplo da Rainha pela Austrália aquando do encontro anual da Commonwealth, a autora centra-se na Sr.^a Thatcher, “depois de uma digressão pelos intermináveis conciliábulos do petróleo”, a qual, em visita a um país árabe, usa “um chapéu surpreendente de ambiguidade cultural”. (Costa 216) A ambiguidade cultural surpreende, dadas as “resistências deste país à mudança e a sua porém incrustação inevitável (...) que dão origem a incongruências e confrontos literalmente gritantes. Que outro país ‘europeu’ tem mais violência?” (Costa 216) A assombração do passado, ou da identidade pretérita, assumindo vestígios culturais e ideológicos, permite uma espécie de dissociação temporal, pondo em causa a própria linearidade, como se esta desse lugar a sucessivos arcos centrípetos, numa persistência continuamente dialogante. Nesse sentido, os textos de Velho da Costa, dos anos oitenta, dobram-se tanto para o oitocentismo vitoriano, como para a atualidade, pelo menos no que respeita ao carácter dominador de alguns discursos sociopolíticos atuais, na senda de um revivalismo conservador.

Do texto “Texugos, países”, deduz-se a percepção de crise e a convulsão nas representações individuais e nacionais. Além de demonstrar a perplexidade da autora face às dificuldades do *Sunday Times* e ao colapso de indústrias como a Leyland e a Rolls Royce, o texto aponta ainda as incongruências do país – o *Observer* traria em primeira página um apelo, em duas colunas, *Aid Angola Now*, noticiando, na mesma edição:

Enoch Powell afirmou impunemente que a solução para o problema da violência e da marginalidade, a seu, claro!, entender, de origem racial, seja o retorno da população de cor (milhões ora na segunda geração de desempregados, sub-empregados e outros, todos eles residuais duma prática imperial) para as ex-colónias. (Costa 217)

A ironia seria risível, se não fosse grave, no entender da autora, que logo depois se apressa a comentar a sanidade moral da intervenção, evocando Alice, como outrora Ofélia, para ilustrar um estado de demência social. “Alice mora aqui, na ponta final do pesadelo, e qual a duquesa, como todos aqueles a quem uma crise desmiola, também a Sr.^a Thatcher parece não ver mais solução que a de cortar-lhes a cabeça”. (Costa 217) Se, antes, Ofélia já havia sido sinalizada como marca de uma demência divagante, a referência aliciana parece acentuar o absurdo da figura angular da hierarquização e estratificação decorrente. A tragédia parece dar lugar ao *nonsense*, aos seus contornos paródicos e quase caricaturais, ainda que sempre perniciosos.

Edward Said não discordaria, no mínimo, quanto ao carácter impositivo desvendado pela autora: “England of course is in an imperial class by itself, bigger, grander, more imposing than any other”. (Said XXII) E como o autor menciona ainda em *Culture and Imperialism*, “since narrative plays such a remarkable part in the imperial quest, it is therefore not surprising that France and (especially) England have an unbroken tradition of novel-writing, unparalleled elsewhere”. (XXII) Maria Velho da Costa, em outubro de 1981, em “Os fala-só”, questiona: “Que é feito do romance inglês?” (43) Surpreendida pela, então, parcimónia da oferta (“há pouco para ler”, queixa-se), revisa a

biblioteca do leitor português, de tardes demoradas sobre o romance de um tempo e espaço que evadia mais do que aquilo que a paisagem de emoções da “coisa francesa”, por familiaridade, permitia. (Costa 43) Lista-se Christie, Huxley, Lawrence, Woolf, Dickens, Eliot, Durrell, personagens como Jane Eyre e Catherine, a *cinematização sob traços melífluos de Merle Oberon*. E, depois, lemos a reflexão atenta de Maria Velho da Costa sobre o romance inglês: “assentavam sobre uma perspectiva centrípeta e inalterável – o império, a *teatralidade* do sistema de castas britânico, a intrínseca bondade duma percepção pragmática da realidade *tal como se reconhece*”. (45) Esta perspectiva do romance inglês, quando posta em comparação com obras posteriores, propicia uma astuta argumentação: “A Grã-Bretanha é grande e o romancista o seu profeta, sem catástrofe (...) nesse quietismo social e ético da coisa inglesa de que os seus romancistas foram publicitários sublimes (...) Joyce, da colónia irlandesa, foi pedrada do lado que caiu ao lado – só cronologicamente há na Inglaterra ficção post-joyceana”. (Costa 45)

Se a publicação do género não *feneceu*, o que se edita, porém, são milhares de exemplares de romance de terror, histórico, de amor, de “adultério superado pelo amor verdadeiro e de sexo mais ou menos explícito e sempre culposos”. (Costa 46) Sem desdém, Maria Velho da Costa comenta que talvez as leitoras, embora a realidade possa não se lhe reduzir, ainda que assim pareça publicamente, sejam de facto as herdeiras das *great expectations* e *sense and sensibility*. A autora conclui que a “Inglaterra é o único país do mundo (ledor) onde (...) as traduções de literatura estrangeira não entram (...) onde a incuriosidade pelo que se passa nas outras literaturas, mesmo nos meios intelectuais, quando não é total, é rebarbativa – Barthes, aqui por exemplo, se não foi um maçador, foi um aldrabão”. (Costa 46) Ao leitor do romance inglês de outrora, Angus Wilson, Iris Murdoch e John Fowles não dirão muito. A exceção seria Doris Lessing, “*por acaso* nascida na África do Sul”. (Costa 47) Maria Velho da Costa adianta como possibilidade o facto de Lessing, Durrell e Lowry darem continuidade ao romance “*por fora* do espaço-tempo do prado, do *cottage*, da mina, da grande casa”. (48) Conclui-se que o descrédito das instituições e a ordem do espaço interferirão, assim, inevitavelmente na literatura e na sua receção.

Conclui-se ainda que o mundo em convulsão de oitentas materializaria o hibridismo, distanciando-se do lugar comum do romance inglês e da sua inteireza elementar, e que, como refere Ana Paula Coutinho, “o redimensionar do espaço e tempo britânicos, a alteração nas relações de força entre centro e margens”, (58) formularia uma fala nova, já identificada no ano seguinte em “O Dia dos Namorados”. (Costa 149) Volta a ler “difícil e longo”, “o consumidor de cassetes de vídeo e de escovas elétricas”: a necessidade de entender sobrepõe-se, segundo uma aluna de Português da Universidade de Londres. (Costa 152) Maria Velho da Costa concordará: “o autor da *grande* ficção volta a ser procurado como um produtor de sentidos”. (153) A autora refere-se a William Golding, Anthony Burgess, Salmon Rushdie e D. H. Thomas.

A questão da representação não é, evidentemente, de somenos. Intrinsecamente ligada aos discursos de identidade e alteridade, a representação constrói, reproduz e contesta os modos de inclusão e exclusão das estruturas de poder, produzindo sentido no âmbito das estruturas simbólicas. Se representar não reflete apenas uma realidade, construindo-a discursivamente, então é fundamental compreender como os sujeitos são autorizados a falar ou impelidos a permanecer em silêncio. Assim, entre a face e a máscara, a ocultação ou o desvelamento, recordemos os trabalhos de Gayatri Chakravorty Spivak, na sua interrogação sobre o discurso e a subalternidade, pensando a possibilidade de o sujeito tido como subalterno poder de facto representar-se, problematizando os mecanismos discursivos ocidentais. (Spivak 1988) Por seu lado, Stuart Hall, que compreende a cultura como um sistema de significados partilhados, afirma que a representação, não sendo neutra, é mediada por relações de poder, ideologia e luta simbólica, pelo que representar será sinónimo de disputa pelo sentido, e a linguagem, meio de construção de identidade. (Hall 2016) Homi Bhabha complexifica esta discussão, propondo conceitos como “third space”, hibridismo e “in-between”. (Bhabha 1994) O autor procura, desse modo, desestabilizar a conceptualização das identidades fixas e dos binarismos coloniais, já que a representação não resulta de termos lineares, mas em espaços negociados e de ambiguidade, no quais o sentido se encontrará em trânsito contínuo.

Deste modo, a desconstrução derridiana mostra-se instrumento particularmente eficaz para a nossa leitura, na medida em que a subversão da lógica fixa colonial permite uma desmontagem de conceitos rígidos como centro/margem, identidade/ alteridade, sujeito/ objeto, permitindo-nos pensar a representação como processo dinâmico. (Derrida 1967, 1972) No âmbito dos Estudos Culturais, compreende-se, assim, a consistência da desconstrução derridiana com o incremento, nos anos 80, em plena era Reagan-Thatcher, da semiótica e do questionamento das hegemonias, sob uma teorização de fundo gramsciano, os quais parecem nortear também as reflexões de Maria Velho da Costa. Compreendemos, pois, a ironização crítica da autora relativamente aos discursos britânicos e portugueses face à sua herança imperialista, destacando, no primeiro caso, as narrativas de Doris Lessing, William Golding e Salman Rushdie como demonstrações da mudança e da ambiguidade na construção de novos sentidos através da literatura.

O propósito de Maria Velho da Costa, mais do que simplesmente produzir uma imagem da Grã-Bretanha, ou de Londres em particular, prende-se com o que dela poderá ser equiparável a Portugal, permitindo ainda ensaiar o diálogo mantido pelos dois países. “O que isto tem a ver com Portugal não sei bem. Um ardor de catástrofe, finalistas igualmente chumbados de uma desigualmente proveitosa, mas igualmente idealizada, prova imperial?” (Costa 218) As pretensões portuguesas sobre o mapa geoestratégico de 1884 e o Ultimato que viria a originar reações nacionalistas e antibritânicas³ ilustram a relação oscilante entre o Reino de Portugal e Algarves e The United Kingdom of Great Britain and Ireland, indagando-se, em último caso, a condição de protetorado. A titulação *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)* não desobriga Portugal das leituras feitas sobre e em solo londrino, seja por via irónica, na submissão de Portugal à impetuosa armada inglesa da Rainha Vitória, seja pela disputa entre potências

3. A secção “High Life” do *Diário Ilustrado* foi rebatizada como “Alta Sociedade”, escreviam-se poemas patrióticos, instigou-se que palavra *hurrah* caísse em desuso, vários ingleses enfrentaram despedimentos e o repúdio daqueles ficou firmado na expressão “guerra santa aos ingleses”. (Barros 85)

colonialistas. Ao revisitar o episódio traumático – sobretudo para a monarquia –, revalida-se a noção de ambivalência entre carência e violência, espoletando-se a última na tentativa de afirmação do Reino de Portugal como nação imperialista beligerante entre as demais europeias. Similarmente a um episódio anterior, aquando da Questão de Bolama, tais incursões pela história desvelam um fenómeno processual aparentemente repetível quanto à, chamemos-lhe, diplomacia política, numa alternância entre aliança e protetorado, coligação e submissão. O paradoxo e a antinomia são fatores relevantes que devem ser somados a este breve comentário aos imagótipos nacionais patentes na relação anglo-portuguesa instados pelo texto de Maria Velho da Costa. De facto, a condição geograficamente periférica do país, durante séculos, poderá ter influenciado a autoavaliação paradoxal ilustrada no argumento antitético de superioridade e inferioridade nacional, bem como na relação de repulsa e atração face quer a Espanha, quer a Inglaterra, num movimento de aproximação e afastamento validado pela história. Recorde-se o apoio inglês aquando das Invasões Francesas e, logo depois, a permanência regencial de William Beresford, bem como, décadas após a expulsão, a questão que dá nome ao texto de Velho da Costa.

O último texto, “O tratado de Windsor”, resultará assim numa clara evocação das relações entre Portugal e o Reino Unido ou, como a linhagem monárquica estabelecia, a Inglaterra. Assinado em 1386, o acordo abre caminho ao casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, ou ainda Lancaster, um ano depois. As treze cláusulas do Tratado de Windsor, enquanto confirmação da aliança prévia entre D. Fernando e Edward III, em 1373, implicam o socorro mútuo, o apoio diplomático-militar e a livre circulação de pessoas e bens. Quatrocentos anos depois, o mapa pintado de rosa ilustra a política expansionista portuguesa, de que é exemplo a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, na qual se desenvolveu a Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África.

O que tem, então, tudo isto a ver com Portugal? “(...) passando um pano de luto por cima da espoliação, fartámo-nos de dar mundos

ao mundo". (Costa 218) Ora, esta expressão adaptada da épica camoniana, tornada máxima cultural, encerra toda uma retórica patriótica que, não obstante a revisitação crítica, é citada amiúde como menção representativa do país. De facto, a ideia de *descoberta* será o centro da mitologia portuguesa, como advoga Margarida Calafate Ribeiro (Ribeiro e Lourenço n.p.). A convergência dos sentidos de nação e império terá sido habilmente produzida e, sabemos, grandemente incentivada pelo Estado Novo. Mas seria o romancista português profeta e publicitário da coisa portuguesa?

Em 1926, foi criado o "Concurso de Literatura Colonial" pela Agência Geral das Colónias. O concurso pretendia estimular a produção literária sobre as colónias e dar a conhecer os efeitos do regime, na convicção de que o contacto com esses textos aproximaria a "metrópole" de África. Mas a preocupação antecede-o. Segundo Margarida Calafate Ribeiro, a literatura colonial reflete uma "ideologia de dominação ligada ao processo histórico da colonização moderna, lançado no século XIX desde o Congresso de Viena de 1814/5 e da Conferência de Berlim de 1884/5 até à emergência das independências". (Ribeiro 517) Refere ainda: "Trata-se de uma literatura cujo empenhamento político-ideológico é evidente e cujo objetivo de registar esteticamente os vários momentos do processo colonial prevalece na elaboração narrativa, nos títulos escolhidos, nos prefácios e notas que muitas vezes constituem verdadeiros manifestos por uma literatura colonial". (517) A missão de promoção do sistema e do imaginário colonial resulta na clarificação da identidade colonial europeia. Margarida Calafate Ribeiro refere que tal literatura, apesar dos estímulos, nunca terá marcado concretamente o panorama literário português. Ainda assim, os traços generalizados seriam o princípio moralizante e ideológico das narrativas, bem como a relevância dada às personagens brancas europeias.

De qualquer forma, e a literatura da e sobre a, então, "metrópole"? De que forma os romancistas e demais narradores da, a haver uma, "casa portuguesa" lhe edificaram a fachada? No mesmo trabalho, Margarida Calafate Ribeiro refere-se a António Nobre, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós, na construção de uma imagem de

África para a qual remetem as “personagens fracassadas”. De facto, “no imaginário literário português do final do século XIX e início do século XX, África é raramente referida, aparecendo quase sempre associada a uma imagem de degredo e fim do mundo”. (Ribeiro 520) Mas, a par da literatura inglesa, no entender de Maria Velho da Costa, foi o romancista português um profeta da “coisa” portuguesa? Atendendo às palavras de Eduardo Lourenço (1994), dando conta de uma hipereidentidade patológica, talvez possamos concordar. Mas poderemos considerar a intelectualização da “coisa portuguesa” como a “coisa portuguesa”? Os mitos nacionais resultam da idealização do passado, e o processo de ficcionalização ou “filtragem que rasura ou ‘esquece’ os fracassos e exalta os sucessos nacionais”, como refere Ana Cristina Gil, é substancial. (Gil 30) Assim, reconhece-se que a essencialização será um efeito provável de tal filtragem.

Os alegados espírito saudoso, o profetismo e a decadência abúlica do país são constatações veiculadas por diversas poéticas: os sermões vieirianos, as críticas realistas finisseculares, a diagnose futurista de Almada Negreiros⁴ ou, ainda, o cariz espiritualista da obra de Teixeira de Pascoaes, entre outros exemplos. O sebastianismo patológico, agudizado por um isolamento autoapologético, segundo Eduardo Lourenço, citado por Ana Cristina Gil, (Gil 52) são tidos como traços comuns ao povo português e às produções literárias, tendentes à subjetividade e ao pretenso narcisismo lírico. Fidelino de Figueiredo, em *Características da litteratura portuguesa* (1915), aponta justamente essa propriedade, avolumada na figura do herói coletivo no texto epopeico. Não será, pois, de descurar a apresentação de Portugal como um “país de poetas”. Ao contrário da imagem do pragmatismo inglês – “percepção pragmática da realidade” (Costa 45) – eventualmente registado no enquadramento e organização do espaço íntimo da casa inglesa dos romances, o que se destacará no suposto carácter português, de acordo com os estudiosos da identidade e autoimagem portuguesas

4. “Portugal está a dormir desde Camões”, refere José de Almada Negreiros, pondo em causa “o atavismo alcoólico e sebastianista de beira-mar”, (Negreiros 41) propondo a participação do país na guerra como anulação do decadentismo, na Primeira conferência Futurista, em 1917.

como Eduardo Lourenço, Fidelino de Figueiredo e António Sérgio, para citar alguns do industrioso trabalho de Ana Cristina Gil, é o excesso de subjetividade, misticismo, atavismo e déficit de racionalidade. (Gil 53) Um autoimagótipo comum e reiterado, portanto, cujos critérios de ordem literária são extrapolados para a vida cultural e para a identidade portuguesa e daí novamente para a representação. Ainda que a autora, no texto em análise, não desenvolva um comentário alargado a tais pressupostos, em “Um dia no campo”, regista uma observação contundente:

O que Fernando Pessoa não escreve a Sá-Carneiro (...) o que Camilo inscreve na paixão funesta de Fanny Owen e seu amigo (ou o que Agustina nos faz saber que um Camilo poderia inscrever) – é medonho. Mas não é medonho porque Camilo ou Pessoa nos ‘apareçam’ como vampiros de almas (...) mas antes como contaminadores de um *excesso*, um excesso até de função, que outros, ávidos, não poderão suportar sem tragédia. Que isso nos faça de Pessoa (...) uma memória depressiva, e de Camilo, que era violento, uma memória irada, e que isso ainda nos fascine tanto é que já é da ordem da sociologia da literatura em Portugal. Eça ou Almada foram muito poucos para retirar à situação de autor português a sua quase obrigação de desgraça, ou de eminência moral ou de reclusão esquizóide ou isso tudo junto. (Costa 66)

À autora reconhecem-se ainda apontamentos (auto)paródicos quanto ao mal de sangue (Costa, *Missa* 89) que, acreditamos, associa à literatura portuguesa, tanto numa vertente intertextual como irónica, face ao seu excesso romântico ou, antes, à imagem que é feita da literatura portuguesa.⁵ Em *Missa in Albis*, Maria Velho da Costa evoca as paixões trágicas de Simão e Teresa na relação de Simão e Sara, norteadas pela toada passional de “Carta de Amor” de José Régio. A leitura que a autora faz da imagem do autor português, como vemos, diverge do estereótipo de uma condição de exceccionalidade

5. O diálogo é o seguinte: “– E você, vem direitinho do Amor de Perdição? Que não, mas que para lá caminhava, estava-nos na massa do sangue”. (Costa, *Missa* 89)

melancólico-trágica que lhe tem sido atribuída. Tal posicionamento crítico reforça a percepção de uma generalização naturalizada do autor e da literatura portuguesa, bem como dos efeitos modelares dos discursos sobre as questões de índole identitária.

Além da imagem de destino turístico – representação que se fez notar ao longo das décadas, especialmente visando o sul do país –, descrito não sem sarcasmo porventura metonímico, “friendly, unspoilt Portugal a preços módicos”, (Costa 117) a conceção que Londres fará de Portugal não é muito evidente no texto de Maria Velho da Costa. Evoca-se Maria Leonor Machado de Sousa, que teria visitado King’s College e falado das “relações culturais entre Portugal e a Inglaterra ao tempo do iluminismo”, (Costa 189) mas não é clara a imagem, naturalmente filtrada pela autora, de Portugal junto de ingleses, nem quando, numa sessão dedicada ao cinema português, alguns filmes são projetados.

É um verão quente, mas não o “nosso Verão quente”, refere Maria Velho da Costa, algo provocatoriamente, dir-se-ia, como quando opta, diante dos alunos de Português, por intitular o objeto de imbróglio geográfico como Malvinas e não Falklands. É o ano de 1982, junho, data da visita de Ronald Reagan, que “cavalgava ontem de selim à inglesa e perna aberta à cowboy ao lado da rainha de lenço na cabeça, como uma reminiscência geriátrica do *pantheon* dos anos cinquenta. Tudo se imita, como que naturalmente”. (Costa 245) Tratar-se-ia da “missão civilizadora do ocidente, a cruzada pacifista e democrática”, (Costa 246) um remoço irónico face ao que se assumirá como o semblante ecuménico da identidade americana. A autora despede-se: “sai-se daqui, após estes dois anos, com a perspetiva mudada”. (Costa 247)

Ora, como foi possível verificar, Maria Velho da Costa pinta um retrato social sombrio de Londres, fazendo-o assentar no ensaio sobre a oposição carência/violência. Ao salientar as razões pelas quais a carência ultrapassa a dimensão material, resultando na desilusão com o contrato social e na falência da solidariedade coletiva, a autora reflete sobre as suas causas mais profundas. Assim, a violência sexual, de que o caso Ripper é exemplo trans-epocal, é abordada como prova

da fragilidade da lei, bem como da reprodução de estereótipos de inferiorização da mulher, revelando uma sociedade desigual e insustentável. No entender de Maria Velho da Costa, a sexualidade pode ser analisada como espelho da sociedade, na qual a intimidade se opõe naturalmente à violação pela salvaguarda da firmeza relacional como único antídoto para a violência. Sob a aparência de civilidade, oculta-se uma estrutura sexista e classista, propensa a desequilíbrios e exclusões, materializadas em pulsões agressivas. O paralelismo entre Inglaterra e Portugal evidencia, deste modo, continuidades colonialistas e autoritárias no trato social, caracterizado pela “tirania íntima” (Costa 148) e hábitos de repressão demarcados, não raramente, por uma espécie de estetização da violência, especialmente durante o governo de Thatcher, visto como um projeto político populista, racialmente demarcado e entendido como fiel herdeiro do imperialismo.

Tais imagens dos anos 80, destacando episódios que, no entender da autora, revelam bem o colapso social e as manifestações racistas, são correlacionadas com o “ouro literário da casa”, (Costa 199) Ofélia e Alice, destacando-se o absurdo e a decadência do poder britânico na alegoria da loucura e do *nonsense*. A ironia é um instrumento de crítica à persistência do imperialismo fantasmático cuja aparição assombra o presente, no mesmo desempenho que Jacques Derrida descreve como *hantologie*. O filósofo da Desconstrução, ao instar à abordagem do fantasma – “Il faut parler du fantôme, voire au fantôme et avec lui” (Derrida 15) –, faz implicar o reconhecimento do passado como suporte para a construção de uma ética e política verdadeiras. Maria Velho da Costa parece concordar, assinalando o imperativo de revisitar criticamente as heranças das, outrora, potências coloniais.

Os comentários da autora à identidade, exclusão, nostalgia imperial e instrumentalização cultural poderão ser debatidos à luz da contemporaneidade sobre populismo, racismo e neocolonialismo, o que revela a atualidade das suas observações.

No retrato de Londres estabelecem-se afinidades e contrastes históricos com Portugal, mostrando a ambiguidade mais uma vez inscrita entre carência e violência. Das observações literárias tecidas pela autora, levanta-se a questão: seria o romancista português um profeta

da coisa portuguesa? Um dos mais evidentes contrastes é resultante, então, das autoimagens: Portugal é lido internamente como místico e lírico, e o Reino Unido como pragmático e organizado. Por outro lado, o traço antinómico parece irrevogável, concluindo-se da coexistência do sentimento de superioridade/inferioridade e atração/repulsa na relação, inclusivamente, com a Inglaterra. A perspetiva da autora, finalmente, parece mudar quanto à imagem consolidada do Reino Unido no que diz respeito ao aspeto pragmático, salientando-se a ironia e lentidão britânicas como forma de reação à crise, no verão de 1982, o que contrasta ironicamente com o verão quente português. Esta inversão contraria generalizações essencialistas ou autoimagens reiteradas na receção crítica literária, das quais a autora parece discordar.

É, então, afeição o que sente por “este povo que aboliu a pressa e que, afligido de uma grande crise, recorre a uma abulia um tanto irónica, que talvez tenha estado sempre no íntimo de todas as suas proezas. São povos tristes, os povos imperiais, dizia-me (...) o meu amigo, que é italiano de origem”. (Costa 247) Despede-se dos “meninos de Pimlico” com a crise dinástica de 1385. A língua, como cultura e história, é bem descrita no seu ofício didático. “Maybe, maybe, talvez não houvesse Portugal, se a Inglaterra não tivesse sempre ajudado tanto. Não tivesse sempre temido tanto a Espanha”, são as leituras dos aprendizes. “Talvez, talvez”, é a resposta da professora, já centrada na escrita, refletindo posteriormente sobre a relação anglo-lusa. (Costa 248) Essa indecisão exprime a ambiguidade na formação dos países de uma forma generalizada, na conceção das suas fronteiras, dos seus mitos e identidade, face ao medo e ao orgulho, à carência e à violência. Mas, sobretudo, a irreversibilidade do contacto com a alteridade e do que dele resulta como processo de individuação e de metamorfose constante. Uma tristeza consciente ou, antes, uma forma de abulia irónica parece permear ambos os países na consideração dos seus passados. Serão os países imperiais similares na experiência da sua rememoração?

Ali, “um lugar de arrebatamento surdo e de domesticidade cosmopolita, a cidade está toda preparada para as pessoas se poderem

sentar num banco à beira relva, debaixo das árvores, a deixar fluir uma convivência profunda com *all things both great and small* (...) como diz Coleridge". (Costa 248) Tendo partido da situação de crise nacional, a braços com a herança colonialista e a imersão num mundo multicultural, *O Mapa Cor de Rosa* aproxima-se gradualmente de um sentido mais lato e mais profundo das idiossincrasias londrinas, patente na organização do espaço. A aparente dolência será afinal a abulia irónica de quem tristemente se reconhece na falha. Dos alunos, a autora revela terem-se impressionado com a primeira dinastia – Inês, Salado, rosas –, concluindo que "a escolaridade inglesa, toda centrada no *visto e tocado* mais do que no *aprendido*, os deixa muito disponível para o maravilhoso". (Costa 247) Mais uma vez se salienta a distinção entre portugueses e ingleses, um imagótipo que resiste desde *Os Maias*, pelo menos, obra em que o velho Afonso apontava o conservadorismo tradicionalista e livresco como fator de atraso português, contrariamente ao método inglês, experimental. Embora Maria Velho da Costa não secunde essa formulação quanto a eventuais fenómenos de atraso cultural, como o autor realista, é, no entanto, evidente a distinção estabelecida entre as metodologias didático-pedagógicas e o efeito. Das línguas, como culturas, modo de estar, abraçar o mundo, a autora reflete:

Os alunos de Pimlico vão de férias a Portugal que mal conheço, o das ilhas e o de vilas obscuras no interior nortenho, onde falarão inglês como os irmãos, até que a necessidade de tarefas e jogos infantis os distraia para os outros nomes das coisas, que voltarão a esquecer até para o ano que vem. Eivados já da certeza de que a língua é uma passagem para um outro modo de ser e estar. (Costa 248)

Migrar será aprender "os outros nomes das coisas" que, sendo as mesmas, não o são, na concretude da diferença que as propriedades físicas em conjunto com as narrativas históricas e humanas imprimem. O trajeto, aparentemente curto, deste *Mapa Cor de Rosa*, não deixa de demonstrar o rigor da observação crítica e o afeto pelo lugar e pelas gentes, superando leituras iniciais, aprofundadas pela

retificação ou, pelo menos, averiguação das causas e razões, numa vertente sensível à diferença e às condicionantes. Um exercício de imagologia que, porém, não evita o lugar do próprio enunciador que, em trânsito, não deixa de se *outrar* e assim reestruturar pelo conhecimento dos “outros nomes das coisas”.

O périplo terminará, justamente, em “tempo de adeuses e separações”, de regresso à sua Ítaca com o comentário à apropriação da língua pelo espaço como uma vivência temporal absorvida do exterior para o interior: “Não é a minha cidade, mas dificilmente adoptaria outra para uma tão íntima passagem de estar”. (Costa 249)

Obras Citadas

- Bhabha, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- Barros, Miguel. *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Tese de Mestrado. ISCTE, 2011. <https://www.iscte-iul.pt/tese/3472>.
- Silva, Filipe Carreira da, e Mónica Brito Vieira. “Race and Populism. A Comparative Study of Thatcherism, Peronism and the American Populists.” *European Journal of Sociology* 65.3. 2024: 281-307. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0003975624000031>. Consultado em abril de 2025.
- Conservative Party, 1979. *Conservative General Election Manifesto 1979*. Disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/110858>. Consultado em abril de 2025.
- Costa, Maria Velho da. *O Mapa Cor de Rosa (Cartas de Londres)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- . *Missa in Albis*. Porto: Assírio e Alvim, 2016.
- Coutinho, Ana Paula. “Outras ‘Cartas De Londres’: O Mapa Cor de Rosa de Maria Velho da Costa (Contributos para uma Cartografia Enunciativa de Escritores em ‘passagem de estar’)”. *Cadernos de Literatura Comparada*, nº 24/25, Dezembro de 2011. <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/131>. Consultado em abril de 2025.
- Derrida, Jacques. *L'Écriture et la Différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- . *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- . *Spectres de Marx*. Paris: Galilée, 2006.

- Dixon, David. "Thatcher's People: The British Nationality Act 1981." *Journal of Law and Society*, 10, 1983: 161-180.
- Gil, Ana Cristina. *A Identidade Nacional na Literatura Portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/ Universidade Nova de Lisboa/ Universidade dos Açores, 2015.
- Hall, Stuart. *Cultura e Representação*. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Apicuri.
- . "Race, Articulation and Societies Structured in Dominant Theories: Race and Colonialism". UNESCO, 1980.
- Homero. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2024.
- Kristeva, Júlia. *Powers of Horror. An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.
- Laclau, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory*. London: Verso, 1997.
- Locke, John. *Second Treatise of Government: And a Latter Concerning Toleration*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- Lourenço, Eduardo. *Nós e a Europa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.
- Negreiros, José de Almada. "Primeira Conferência Futurista/ Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do século XX". *Obras Completas. Textos de Intervenção*. Vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- Ribeiro, Margarida Calafate. "Letras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa". *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX e XX)*. Org. Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70, 2012.
- . "Eduardo Lourenço – um diálogo com Portugal". Coimbra: Seara Nova, 1764, 2023. Disponível em: <https://searanova.publ.pt/2023/11/16/eduardo-lourenco-um-dialogo-com-portugal/> . Consultado em abril de 2025.
- Said, Edward W. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. "Can the subaltern speak?". *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea*. Ed. Rosalind C. Morris. New York: Columbia University Press, 1988. 21-80.
- Thatcher, Margaret. TV Interview with Gordon Burns for *World in Action*, Granada Television, 27 January. Disponível em <https://www.margareththatcher.org/document/103485>. Consultado em abril de 2025.